



O início da obra foi anunciado em 5 de abril, em visita do governador do Estado, Geraldo Alckmin, a Piracicaba

Impasse com Esalq não afeta Anel Viário

A Artesp confirmou ontem que a obra de construção do anel viário de Piracicaba foi iniciada em abril e que o serviço atual-

mente está em fase de terraplanagem. A hipótese de um possível atraso surgiu após a Concessionária Rodovias do Tietê ter anun-

ciado que a Esalq postergava a decisão sobre a desapropriação de uma área de 7.000 m². A universidade nega o impasse. **A 6**

Impasse com a Esalq não afeta obra do Anel Viário

ALESSANDRO MEIRELLES
alessandro@jppjournal.com.br

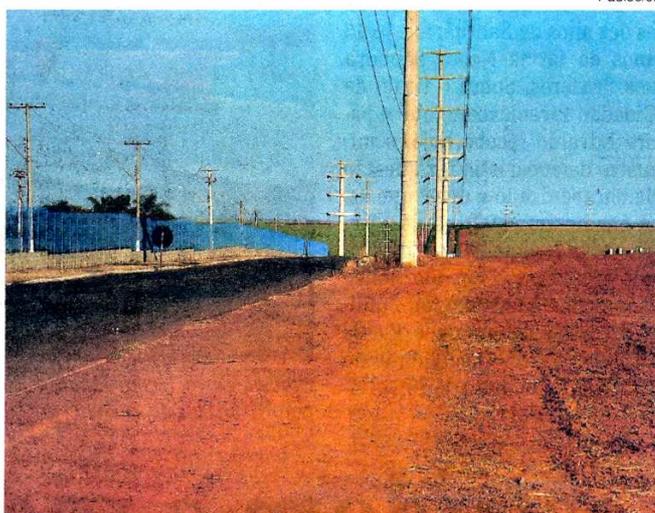
A Artesp (Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo) confirmou, ontem, que a obra de construção do anel viário de Piracicaba foi iniciada em abril e que o serviço atualmente está em fase de terraplanagem. A hipótese de um possível atraso surgiu após a Concessionária Rodovias do Tietê, que é responsável pelo projeto, ter anunciado que a Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) postergava a decisão sobre a desapropriação de uma área de 7.000 metros quadrados. A universidade nega o impasse e diz respeitar a decisão contida em um decreto assinado pelo governador Geraldo Alckmin. Mas afirma que o valor indenizatório ainda não foi definido, o que pode acontecer numa reunião marcada para a próxima quinta-feira, entre a instituição e a concessionária. O início da obra foi anunciado em 5 de abril, em visita do governador a Piracicaba. O novo contorno custará R\$ 78,1 milhões e deve ficar pronto em abril de 2013.

O anel será o prolongamento da rodovia do Açúcar (SP-308), interligando as rodovias Luiz de Queiroz (SP-304), Cornélio Pires (SP-127), que liga Piracicaba a Rio Claro, e Deputado Laércio

Corte (SP-147), que liga a cidade a Limeira. Segundo a Artesp, até 2013 o projeto vai gerar 400 empregos diretos e 1.600 indiretos. Ao todo, serão nove quilômetros de pistas duplas por onde vão circular 12 mil veículos por dia. O anel vai facilitar o escoamento da produção agrícola e também beneficiar o deslocamento até o Parque Automotivo, onde foi instalada a montadora sul-coreana Hyundai.

A obra também é uma promessa de fluidez no trânsito urbano. O objetivo principal é tirar o tráfego de caminhões da região central, principalmente da ponte do Shopping, por onde passam 45 mil veículos por dia. O custo do projeto está sendo pago com a receita dos pedágios da concessionária. “É uma obra vital para Piracicaba. E necessária há mais de 30 anos”, comentou o deputado estadual Roberto Moraes (PPS).

Por meio de nota, a concessionária informou, no último sábado, que o diálogo com a Esalq não vinha apresentando “resultados positivos”, apesar do decreto de desapropriação ter sido assinado no dia 5 de abril. O documento ainda informou que a empresa contava “com a análise de vários peritos sobre o valor de indenização”. No entanto, a nota não especificou se o impasse apontado teria comprometido o



Pauléo/JP

Artesp informou que obras estão em andamento desde o dia 5 de abril

início da obra. Ontem, em novo posicionamento, a empresa disse que o valor indenizatório está em fase de negociação, mas confirmou que “as obras do Contorno de Piracicaba acontecem próximas à fábrica da Hyundai”. O trecho fica entre os quilômetros 8 e 8,4 (pista norte) e 7,4 e 8,4 (pista sul), próximo à SP 127.

“Uma vez decretado, não se pode contestar. E a USP (Universidade de São Paulo, a quem pertence à Esalq) não tem absolutamente nada contra. O que acontece é que a Esalq tem um patrimônio, e todo patrimônio tem um valor. A concessionária já fez uma avaliação, mas jurídica-

mente a USP tem que fazer outra. Temos que ter uma contraproposta”, disse o coordenador do Campus da Esalq, Wilson Mattos, informando ainda que já há uma reunião marcada para quinta-feira “onde a Esalq terá acesso aos valores propostos” pela Rodovias do Tietê.

Ontem, a Artesp ratificou que as obras “não estão paralisadas” e que o processo de negociação não compromete o projeto. Como agência reguladora, a Artesp tem autonomia para aplicar multas quando há atraso no início ou na entrega de obras em rodovias estaduais sob concessão.